

Guedes diz que governo já trabalha com crescimento de apenas 1,5% neste ano

A equipe econômica já está trabalhando com uma previsão de crescimento de 1,5% neste ano, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes ontem (14), em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A reformulação de expectativas, diante da demora na aprovação da reforma da Previdência, justificou a revisão das estimativas. “Quando o cenário foi feito em abril, havia expectativa de que a reforma tivesse rapidez e haveria recuperação econômica, com 2,7% de crescimento”,

disse o ministro.

O ministro reiterou que o país está, há décadas, prisioneiro de uma armadilha de baixo crescimento, com a renda per capita crescendo abaixo de 1% ao ano nos últimos 30 anos. E que, somente a aprovação da reforma da Previdência e de outras reformas estruturais na economia brasileira permitirá a reversão desse quadro.

Segundo o ministro, quando os investidores perceberem que há futuro fiscal assegurado, que as reformas garantirão equilíbrio fiscal pelos próximos cinco, 10 e 15 anos,

os investimentos privados retornarão à economia. Esse processo não ocorrerá apenas em projetos de infraestrutura, disse Guedes, mas também em áreas sociais, como educação, saúde e saneamento.

A desaceleração do crescimento econômico reduz as receitas do governo e torna necessário o contingenciamento (bloqueio) de verbas do Orçamento. Ele esclareceu que o bloqueio é temporário e não representa cortes definitivos e se disse confiante de que a aprovação das reformas melhorará o quadro fiscal. “O crescimento [PIB] caiu



O ministro da Economia, Paulo Guedes, e equipe, na audiência pública na Comissão Mista de Orçamento.

para 1,5%, as receitas estão menores ainda. Aí começam os planejamentos de contingenciamento de verbas para frente. Não são cortes, são

contingenciamentos. São preparatórios. Tenho recebido colaboração na interlocução com o Congresso, nos fóruns de governadores, de prefei-

tos. Estou confiante que o Congresso vai implementar reformas e que as reformas vão beneficiar a todos”, disse (ABR).

Crédito para caminhoneiros disponível na próxima semana

O presidente do BNDES, Joaquim Levy, disse ontem (14) que a linha de crédito para empréstimos a caminhoneiros – para manutenção de veículos – pode dobrar. Atualmente, o valor pré-aprovado do pacote de ajuda à categoria é de R\$ 500 milhões. O limite de cada empréstimo é de R\$ 30 mil. “A gente deu uma pré-aprovação de R\$ 500 milhões podendo chegar a R\$ 1 bilhão, sem a menor dificuldade. Depende da demanda”, disse em entrevista na sede do BNDES, no Rio.

Levy lembrou que parte da compra de caminhões nos últimos anos foi financiada com recursos do BNDES e, por isso, tem interesse em manter a valorização dos veículos. “A ideia do empréstimo é dar condições para ter certeza de que em um momento de desafio para o setor, o caminhoneiro vai ter recursos para manter e



Presidente do BNDES, Joaquim Levy.

preservar o capital dele”, disse. Segundo o presidente, apesar do uso constante, um caminhão com a devida manutenção pode durar até 12 anos.

“Um caminhão que atrase um pouquinho a manutenção do freio e começa a não ter o trabalho que precisa, é um capital que se deteriora rapidamente,

além, obviamente, de todos os problemas de segurança nas estradas”, observou, ao adiantar que recebeu a sinalização do Ministério da Economia para liberar os empréstimos. “A partir da semana que vem já está funcionando, porque a gente já teve o ok de Brasília”, garantiu.

Levy falou também sobre outra área em que o Banco deverá atuar mais, a de saneamento. “A gente quer abrir este mercado para o setor privado para, realmente, poder levar o saneamento para todos os lugares do Brasil. Trazer novas tecnologias novas maneiras de fazer isso de tal maneira que tenha esgoto barato e diminua as doenças e a poluição. Para isso a gente está trabalhando. Há muitas empresas privadas com interesse em investir no saneamento, desde que as leis estejam corretas” (ABR).

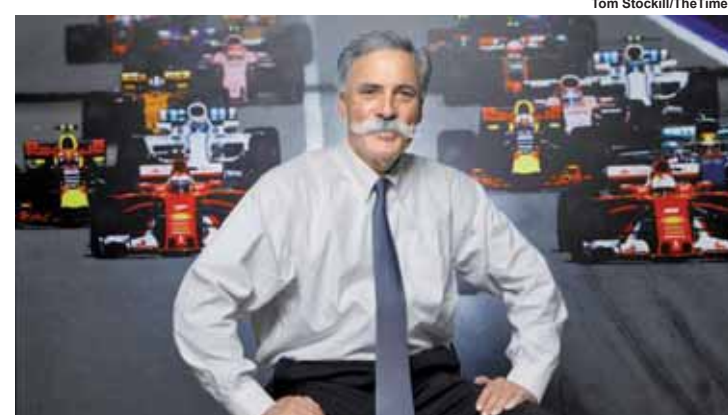
Lei torna banheiros químicos adaptados obrigatórios

A instalação de banheiros químicos acessíveis para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida será obrigatória em eventos públicos ou privados. Pela Lei 13.825, de 2019, publicada ontem (14) no Diário Oficial da União, 10% dos banheiros de eventos terão que ser adaptados para uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Ainda de acordo com a norma, em casos em que a porcentagem mínima não represente uma unidade, pelo menos um banheiro terá que ser instalado. Apesar de já estar em vigor, a legislação federal ainda precisa ser regulamentada já que não há sanção prevista para quem infringir a norma.

Legislação semelhante já é adotada por alguns estados. Em Santa Catarina, por exemplo, a lei foi sancionada pelo então governador, Raimundo Colombo, em 2016. No estado, a multa prevista em caso de não cumprimento é de R\$ 2 mil, podendo o valor ser dobrado em caso de reincidência. Dados do IBGE apontam que mais de 20% da população brasileira tem algum tipo de deficiência (ABR).

Chefão garante: GP do Brasil de 2020 será em SP



Presidente da Formula One Management, Chase Carey.

O presidente da Formula One Management (FOM), empresa que detém os direitos comerciais da F1, Chase Carey, afirmou, em entrevista ao “UOL Esporte”, que o Grande Prêmio do Brasil de 2020 continuará em São Paulo, no autódromo de Interlagos. Na última quinta-feira (9), o presidente da República, Jair Bolsonaro assinou um termo de compromisso para construir um novo circuito no Rio, e disse que o local estaria pronto para receber a F1 a partir da temporada de 2020. O governador de São Paulo, João Doria, garantiu em uma coletiva de imprensa que “não abrirá mão do GP de Interlagos”.

“Temos um acordo firmado com São Paulo para 2020. Temos uma boa relação com São Paulo. Mas temos que resolver o que fazer em 2021. Estamos em

negociações com ambas as cidades e apreciamos o interesse das duas cidades, já que o Brasil é um mercado importante para nós e uma parte importante de nossa história. Estamos animados para avançar nessas negociações e seguir adiante, tomar uma decisão”, afirmou Corey.

A Prefeitura de São Paulo deverá se encontrar em junho com o chefe da F1 para continuar com as negociações. O prefeito, Bruno Covas, chegou a declarar que o estado está “dentro do prazo normal” para renovar com a categoria e ficaria “surpreso” se a renovação não for assinada. O autódromo de Interlagos receberá a penúltima prova da temporada de 2019. O GP do Brasil será disputado entre os dias 15 e 17 de novembro (ANSA).

Reforma ‘pode trazer’ mais verbas para universidades

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem (14) que a aprovação da reforma da Previdência poderia evitar que os recursos das universidades federais permaneçam contingenciados. “A partir de setembro as universidades teriam que cortar. Então, a grita que está tendo é que em setembro pode faltar o recurso se não for descontingenciado. Daqui até lá, acho que vai ser aprovada a nova Previdência, a economia vai recuperar. Não ficamos parados, estamos buscando soluções e peço para as universidades buscarem também eficiência”.

Questionado se o MEC está livre de novo bloqueio de recursos, caso o governo federal anuncie mais cortes de gastos, Abraham Weintraub disse que vai conversar sobre o assunto com o ministro da Fazenda, Paulo Guedes. Diante da insistência sobre não ter a garantia de que a pasta estaria livre de novo contingenciamento, disse que “a única certeza na vida é a morte e os impostos”.

O ministro defendeu o fortalecimento da educação básica. Para ele, nos últimos anos o ensino superior foi priorizado no repasse de recursos. “A



Ministro da Educação, Abraham Weintraub.

evolução do gasto total com a educação em relação ao PIB aumentou. Como? Com educação superior, principalmente nas universidades federais. Hoje o Brasil já gasta 7% do PIB com educação, vemos que foi um aumento nas universidades federais”.

“Na educação básica, ficou de lado, o ensino profissional ficou largado e os demais gastos, que são repasses, também aumentaram pouco”, afirmou. Weintraub avalia que é preciso dar atenção especial também ao ensino técnico. “O Brasil tem uma demanda muito grande pelo ensino técnico e não estamos atendendo”, completou (ABR).

Venda de bens apreendidos do narcotráfico

O ministro da Justiça, Sergio Moro, disse ontem (14), que o governo federal enviará ao Congresso uma medida provisória (MP) para facilitar a administração e a venda, pelo Poder Público, dos bens apreendidos em ações de combate ao narcotráfico. “Estamos com uma MP no forno para apresentar. Ela traz medidas muito pontuais para facilitar a venda de bens [apreendidos] e a administração desses recursos mesmo antes do trânsito em julgado”, disse o ministro durante evento em Brasília.

Para ele, a melhor forma de fazer com que o crime de tráfico de drogas não compense é privar as organizações criminosas dos bens e recursos financeiros obtidos com práticas ilícitas. “Não basta que o criminoso enfrente a sanção da pena privativa de liberdade. É importante privá-lo dos recursos para que ele não continue na sua atividade”, defendeu Moro, que reconhecer que tem havido avanços nos últimos anos, mas ressaltou que o Brasil ainda tem “muito o que aprender” com a experiência internacional nesse quesito.

“Em vários países, já há uma previsão legal para o confisco



Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.

mais amplo, que atinge a todo o patrimônio que não pode ser justificado como lícito. Todo o patrimônio [do acusado] fica sujeito ao confisco. Esta não é uma legislação extravagante”, disse. A sua proposta é para que o Brasil tenha acesso a uma importante fonte de recursos para enfrentar o narcotráfico e financiar políticas públicas de recuperação de dependentes químicos, com mudanças nas leis que permitam a venda dos bens confiscados em um menor espaço de tempo.

“Estes bens sequestrados podem fornecer uma fonte de recursos extremamente relevante. Não só para devolver os recursos a eventuais vítimas, mas também como fonte de investimento para as forças públicas e para a prevenção de práticas delitivas”, disse o ministro. A intenção do Ministério da Justiça é aprovar a criação de um órgão nacional semelhante ao existente na França, que se encarregue da administração e do leilão dos bens apreendidos (ABR).

Sexta Turma do STJ decide soltar Temer e coronel Lima



Sexta Turma do STJ julga habeas corpus do ex-presidente Temer.

O STJ decidiu ontem (14), por unanimidade, conceder uma liminar para que o ex-presidente Michel Temer seja solto. A decisão vale também para o coronel João Baptista Lima, amigo do ex-presidente que é apontado pelo MPF como operador financeiro de Temer. Ambos devem ser soltos após comunicação às autoridades competentes.

Os ministros do STJ determinaram ainda que, após a soltura, Temer e Lima não podem mudar de endereço, ter contato com outras pessoas físicas ou jurídicas investigadas ou deixar o país, além de ter de entregar seus passaportes à Justiça, caso já não o tenham feito. O ex-presidente ainda ficou proibido de exercer cargos políticos ou de direção partidária.

No julgamento, prevaleceu o entendimento do relator do habeas corpus de Temer no STJ, ministro Antônio Saldaña Palheiros, para quem o decreto original de prisão foi incapaz de apontar algum ato delitivo recente que justificasse a prisão preventiva do ex-presidente. Em seu voto, disse que além dos fatos que embasavam a prisão serem antigos, Temer não goza mais do prestígio político que tinha, pois “deixou a presidência no início deste ano e não exerce mais cargo de relevo”.

O ministro acrescentou que no decreto de prisão “não foi tratado nenhum fato concreto recente do paciente para ocultar ou destruir provas”, um dos motivos pelos quais ele deve ser solto (ABR).

“A vigília é a penitência maior; por isso foi escolhida a insônia para companheira do remorso”.

Coelho Neto (1864/1934)
Escritor brasileiro

Para informações sobre o

MERCADO
FINANCEIRO

faça a leitura do
QR Code com seu celular

